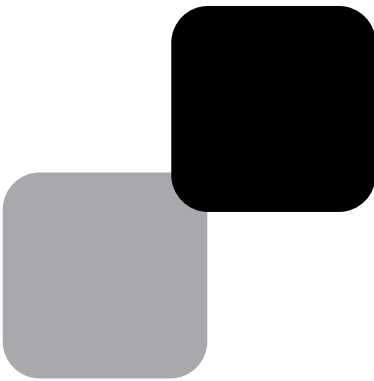


Concurso Público

**008. PROVA OBJETIVA**  
**(Conhecimentos Gerais e Específicos)**



ADVOGADO

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul, preferencialmente, ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração total da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 50% do tempo de duração da prova.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

#### *Juros e marshmallows*

Formação de poupança, taxa de juros,  $r > g$ , na agora célebre formulação de Thomas Piketty. Expressos em economês, esses conceitos têm algo de impenetravelmente abstrato. Mas tudo isso pode se tornar um pouco mais compreensível se recorrermos à psicologia.

Sob essa chave interpretativa, a taxa de juros é a expressão monetária da recompensa diferida, ou melhor, o prêmio que se paga à paciência. O sujeito que aceita deixar de consumir já e guarda seu dinheiro recebe uma gratificação por seu autocontrole. Essa faceta psicológica, embora não dê conta de explicar todos os aspectos da taxa de juros, ajudaria a compreender sua relativa estabilidade. Historicamente, ela fica em torno dos 4% ou 5% ao ano, que seriam o preço-base da impaciência humana.

O interessante é que a noção de recompensa diferida não serve só para ajudar a entender a economia. Ela se revelou também um teste de inteligência emocional com alto valor preditivo sobre o sucesso de pessoas.

Tudo começou nos anos 60 com o experimento do *marshmallow*. O psicólogo Walter Mischel, de Stanford, estava interessado em saber como crianças resistiam a tentações. Assim, colocava garotos de quatro anos numa sala diante de um *marshmallow* e lhes dava duas opções. Poderiam tocar uma campainha, encerrar o experimento e devorar a guloseima, ou aguardar a volta do pesquisador, que então lhes entregaria um segundo *marshmallow*.

Anos depois, Mischel correlacionou o tempo que elas conseguiram esperar com indicadores de sucesso. Constatou que as que conseguiram esperar mais se saíram melhor nos exames acadêmicos, tinham menos problemas com drogas, menores taxas de divórcio e até menor peso.

Não podemos, decerto, transpor esses achados individuais para sociedades, mas será que as altas taxas de juros no Brasil não dizem algo sobre nossa saúde mental coletiva?

(Hélio Schwartzman, *Folha de S.Paulo*, 13.07.2014. Adaptado)

**01.** Segundo o autor, a taxa de juros equivale

- (A) à expressão em termos monetários dos objetos de consumo.
- (B) à soma de todos os valores guardados pelo sujeito que não consome.
- (C) a uma gratificação dada a quem controla seu dinheiro com paciência.
- (D) ao prêmio oferecido ao consumidor que pesquisa os melhores preços.
- (E) a uma formulação matemática abstrata e inacessível ao cidadão comum.

**02.** De acordo com o texto, conclui-se corretamente que o autocontrole é

- (A) uma consequência da busca pela satisfação do consumismo.
- (B) um artifício que garante pleno contentamento pessoal.
- (C) uma qualidade que o ser humano adquire apenas na vida adulta.
- (D) uma prova do desinteresse das pessoas por recompensas.
- (E) um fator que tende a favorecer o sucesso de indivíduos.

**03.** Considerando o contexto, a forma verbal destacada em – Historicamente, ela **fica** em torno dos 4% ou 5% ao ano... (segundo parágrafo) – está corretamente substituída, preservando-se o sentido de uma ação que se iniciou no passado e se prolonga até o presente, por

- (A) ficará.
- (B) ficava.
- (C) tinha ficado.
- (D) tem ficado.
- (E) teria ficado.

**04.** O termo **lhes**, destacado em – Poderiam tocar uma campainha, encerrar o experimento e devorar a guloseima, ou aguardar a volta do pesquisador, que então **lhes** entregaria um segundo *marshmallow*. (quarto parágrafo) –, refere-se apenas aos garotos que

- (A) se revelaram incapazes de resistir a tentações.
- (B) esperaram pelo retorno do pesquisador.
- (C) tocaram uma campainha para chamar o pesquisador.
- (D) optaram por encerrar o experimento.
- (E) devoraram o primeiro *marshmallow* ao iniciar o experimento.

Releia o último parágrafo para responder às questões de números **05** e **06**:

Não podemos, decerto, **transpor esses achados individuais** para sociedades, mas será que as altas taxas de juros no Brasil não dizem algo sobre nossa saúde mental coletiva?

**05.** Considerando o contexto, o trecho em destaque – transpor esses achados individuais – está corretamente reescrito, com o sentido preservado, em:

- (A) estender essas descobertas particulares.
- (B) transferir esses testes limitados.
- (C) ampliar esses diagnósticos inconclusos.
- (D) ultrapassar esses feitos ímpares.
- (E) exceder esses argumentos restritos.

06. Considerando o contexto, ao indagar – ... mas será que as altas taxas de juros no Brasil não dizem algo sobre nossa saúde mental coletiva? –, o autor sugere que falta aos brasileiros
- (A) civilidade.
  - (B) audácia.
  - (C) generosidade.
  - (D) ambição.
  - (E) autodomínio.

07. Observe atentamente a charge.



(Velati, *Folha de S.Paulo*. 21.02.2013. Adaptado)

Considerando a relação entre o texto verbal – Intervalo para almoço – e a imagem, é correto afirmar que a charge apresenta uma crítica bem-humorada

- (A) à ausência de garçons bem treinados.
- (B) ao pouco tempero dos pratos servidos no trabalho.
- (C) ao pouco tempo disponibilizado à refeição.
- (D) à falta de etiqueta do homem à mesa.
- (E) ao baixo valor nutritivo da alimentação.

08. Leia o texto.

#### *Leilão - Licitação n.º 02/2010*

O Município de Água Doce – estado de Santa Catarina – torna público, para conhecimento dos interessados, **conforme dispõem os regulamentos** municipais, que fará realizar leilão para a venda de veículos e máquinas pertencentes ao patrimônio público municipal, a ocorrer no dia 29 de abril de 2010, às 10 horas.

(<http://www.aguadoce.sc.gov.br/conteudo/?item=98&fa=4&cc=5&cd=13246>. Adaptado)

A expressão que substitui corretamente o trecho em destaque, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa e preservando o sentido original do texto, é:

- (A) em respeito nos regulamentos.
- (B) em cumprimento pelos regulamentos.
- (C) em submissão sob os regulamentos.
- (D) em observância aos regulamentos.
- (E) em obediência os regulamentos.

09. Assinale a alternativa em que a concordância está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.
- (A) Os veículos leiloados são: uma ambulância, dois tratores e dez motocicletas.
  - (B) Informações detalhadas acerca das peças encontra-se disponível a partir da página 15 do Edital.
  - (C) Poderá participar do leilão pessoas físicas portando RG, CPF e comprovante de endereço.
  - (D) Os lances que abrem o leilão deve partir de um valor mínimo estipulado pelo leiloeiro.
  - (E) A substituição dos veículos e máquinas leiloados serão feitos com a verba arrecadada no leilão.

10. Considere a charge.

– Depois que comecei a tuitar não consigo mais escrever relatórios com mais de 140 caracteres.



(Marcelo de Andrade, <http://zip.net/brn2qJ>)

Os termos destacados em – **Depois** que comecei... – e – ... com **mais** de 140 caracteres. – exprimem, correta e respectivamente, circunstâncias de

- (A) lugar e comparação.
- (B) tempo e quantidade.
- (C) modo e oposição.
- (D) hipótese e causa.
- (E) afirmação e dúvida.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

11. No âmbito dos direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5.º da Constituição Federal, a lei assegurará aos autores de inventos industriais
- (A) privilégio temporário para sua utilização.
  - (B) privilégio ininterrupto de utilização.
  - (C) possibilidade de utilização até a morte do autor.
  - (D) permissão de utilização permanente e transmissível aos herdeiros.
  - (E) permissão de utilização se o invento conduzir ao desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
12. O registro de Desenho Industrial protege a forma externa ornamental de um objeto ou o conjunto de linhas e cores aplicado a um produto, desde que apresentem um resultado novo e original e que seja passível de produção industrial. Supondo que no âmbito do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT fosse criado desenho industrial passível de registro, e que, apresentado ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI, o pedido fosse julgado extinto, de plano, sem qualquer manifestação outra do IPT. Inconformado com essa decisão, o IPT, para conseguir que o pedido possa tramitar, poderia
- (A) ajuizar ação popular em face do Presidente do INPI.
  - (B) ajuizar ação civil pública de improbidade em face da autoridade do INPI responsável pelo ato, por violação do princípio da legalidade.
  - (C) impetrar *habeas data* para obter acesso à motivação para o indeferimento do pedido de registro.
  - (D) impetrar mandado de segurança em face do ato da autoridade que extinguiu de plano o processo administrativo.
  - (E) ajuizar ação direta de inconstitucionalidade pela não observância do contraditório e da ampla defesa.
13. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal,
- (A) o Procurador-Geral da República, o Defensor Público-Geral da União e o Advogado Geral da União.
  - (B) a confederação sindical, a federação sindical e os sindicatos que abranjam mais de um município.
  - (C) o Conselho Federal e os Conselhos Estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil, e as entidades de classe de âmbito nacional.
  - (D) a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembleia Legislativa e a Mesa de Câmara Municipal.
  - (E) o Presidente da República, a Mesa da Câmara dos Deputados e a Mesa do Senado Federal.
14. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Esta previsão, constante do art. 5.º, inciso XXXIII da Constituição Federal,
- (A) não é aplicável ao IPT, por este ser uma empresa pública estadual independente do erário estadual.
  - (B) é aplicável ao IPT, que deverá prestar as informações solicitadas nos termos da Lei Federal n.º 12.527/11, que regulamenta o dispositivo constitucional.
  - (C) não é aplicável ao IPT, já que o IPT não constitui um órgão público dotado de informações de interesse público ou particular.
  - (D) é aplicável ao IPT, por este ser uma autarquia pública estadual vinculada a uma Secretaria de Estado.
  - (E) não é aplicável ao IPT, pois somente devem prestar informações os órgãos que prestam serviços públicos essenciais, que não é o caso do IPT.
15. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, que
- (A) terão sua votação iniciada no Senado Federal.
  - (B) poderão disciplinar matéria reservada à lei complementar.
  - (C) se não forem apreciadas em até trinta dias contados de sua publicação, entrarão em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional.
  - (D) poderão ser reeditadas na mesma sessão legislativa, ainda que tenham sido rejeitadas ou que tenham perdido sua eficácia por decurso de prazo.
  - (E) perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período.
16. É competente para julgar as ações oriundas da relação de trabalho dos empregados do IPT:
- (A) a Justiça Federal Comum.
  - (B) a Justiça Estadual Comum.
  - (C) a Justiça do Trabalho.
  - (D) qualquer uma das Varas da Fazenda Pública da Capital.
  - (E) o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**17.** Dentre os direitos fundamentais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal, encontra-se

- (A) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- (B) a participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, obrigatoriamente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (C) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em setenta por cento à do normal.
- (D) a jornada máxima de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- (E) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, que poderá excluir a indenização a que este está obrigado.

**18.** Assinale a alternativa que, correta e respectivamente, completa as lacunas do texto a seguir.

O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de \_\_\_\_\_ dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria \_\_\_\_\_ aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e \_\_\_\_\_, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

- (A) maioria absoluta ... relevante ... do Poder Executivo
- (B) dois terços ... constitucional ... da administração pública direta e indireta
- (C) maioria absoluta ... constitucional ... da administração pública direta e indireta
- (D) maioria simples ... de interesse público ... da Administração Pública
- (E) dois terços ... constitucional ... do Poder Legislativo

**19.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida

- (A) pelo Tribunal de Contas da União, pela Controladoria-Geral da União e pelo Ministério Público Federal.
- (B) pelo Congresso Nacional, pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público Federal.
- (C) pelo sistema de controle interno de cada Poder e pelo Ministério Público Federal.
- (D) pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- (E) pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal.

**20.** A licitação é inexigível

- (A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.
- (C) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- (E) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**21.** No tocante à modalidade de licitação denominada pregão, é correto afirmar que

- (A) não é vedada a exigência de garantia de proposta.
- (B) os licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf.
- (C) é vedada a exigência de aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
- (D) os militares não poderão desempenhar a função de pregoeiro, somente de membro da equipe de apoio.
- (E) para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço ou melhor técnica e preço.

**22.** Assinale a alternativa correta.

- (A) O regime jurídico administrativo é amparado por dois princípios basilares, a supremacia do interesse público e a indisponibilidade do interesse público.
- (B) O regime jurídico administrativo e o regime jurídico da Administração Pública são expressões sinônimas.
- (C) A supremacia do interesse público, que orienta o regime jurídico administrativo, é um princípio previsto expressamente na Constituição Federal.
- (D) O regime jurídico administrativo não contempla qualquer restrição à administração.
- (E) A Administração Pública é regida exclusivamente pelo regime jurídico administrativo.

**23.** No tocante à improbidade administrativa, é correto afirmar que

- (A) as ações destinadas a levar a efeito as sanções por improbidade administrativa poderão ser propostas até 10 (dez) anos após o término do exercício de mandato.
- (B) o ordenamento jurídico contempla apenas hipóteses dolosas de improbidade administrativa.
- (C) as ações destinadas a levar a efeito as sanções por improbidade administrativa são imprescritíveis.
- (D) a legislação consignou a possibilidade de ajuizamento de ação cautelar de sequestro e a indisponibilidade dos bens.
- (E) a legislação hodiernamente contempla apenas duas modalidades de improbidade administrativa, atos que importem enriquecimento ilícito ou violação de princípios.

**24.** O ato administrativo

- (A) poderá não ter finalidade pública.
- (B) eficaz é o que permite a utilização dos efeitos para os quais está preordenado.
- (C) de autorização é vinculado e mediante o qual a Administração outorga a alguém o direito de realizar certa atividade material.
- (D) nulo não vincula as partes, não produzindo qualquer efeito válido, mesmo em relação a terceiros de boa-fé.
- (E) possui o atributo da imperatividade, que é a qualidade que impele o destinatário à obediência das obrigações por ele imposta.

**25.** Com relação ao contrato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) O contrato administrativo de colaboração possui definição e tipificação expressa na lei de licitações.
- (B) O contrato administrativo será sempre unilateral, sendo que a Administração adquire apenas direitos, e a outra parte, apenas deveres.
- (C) Não poderá a extinção do contrato administrativo derivar de acordo entre as partes.
- (D) O princípio da intangibilidade da equação econômico-financeira do contrato administrativo beneficia também a Administração Pública.
- (E) A ausência de previsão de multa no edital e no contrato administrativo não inviabiliza sua exigência.

**26.** O direito de petição como controle da atividade administrativa

- (A) depende da invocação de um “direito” ou da indicação de uma ilegalidade.
- (B) exige para o seu exercício comprovação da condição de cidadão para a legitimidade ativa.
- (C) pode sofrer restrições quando o assunto for sigiloso.
- (D) somente poderá ser subscrito por brasileiro nato ou naturalizado.
- (E) é um dos remédios constitucionais.

**27.** As autarquias

- (A) não se submetem à lei de licitações no que se refere à alienação dos bens que integram o seu patrimônio.
- (B) poderão, excepcionalmente, exercitar diretamente atividades subordinadas ao regime de direito privado, tal como exploração econômica.
- (C) não poderão ter recursos próprios, dependendo do orçamento geral do ente a que se vincula.
- (D) deverão manter apenas regime estatutário, sendo vedada a aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho.
- (E) resultam de um processo de descentralização do poder estatal.

## **DIREITO EMPRESARIAL**

**28.** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios gerais da atividade econômica estabelecidos pela Constituição Federal. Assinale a alternativa que contempla um desses princípios.

- (A) Propriedade pública.
- (B) Defesa do consumidor.
- (C) Equiparação das desigualdades setoriais.
- (D) Livre exercício de qualquer atividade econômica, dependente de autorização dos órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- (E) Vedação de investimentos de capital estrangeiro.

29. Considerando-se as disposições legais que disciplinam as sociedades por ações, no que se refere ao Conselho de Administração, é correto afirmar que
- (A) é órgão obrigatório nas companhias abertas e nas de capital autorizado.
  - (B) é órgão de existência obrigatória em todas as sociedades anônimas ou em comandita por ações.
  - (C) será composto por, no mínimo, cinco membros, eleitos pela assembleia-geral e por ela destituíveis ao final do mandato.
  - (D) o prazo de gestão dos conselheiros não poderá ser superior a dois anos, vedada a reeleição.
  - (E) é órgão de natureza facultativa em qualquer tipo de companhia.
30. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, entende-se como
- (A) subsidiada.
  - (B) estatal dependente.
  - (C) subsidiária parcial.
  - (D) controlada integral.
  - (E) privatizada parcial.
31. De acordo com a lei que rege as sociedades por ações, a constituição das companhias está sujeita à observância de determinadas formalidades. Nesse sentido, a constituição de companhia por subscrição pública dependerá do prévio registro da emissão
- (A) no Banco Central.
  - (B) no Banco do Brasil.
  - (C) na Comissão de Valores Mobiliários.
  - (D) na Bolsa de Valores.
  - (E) no Mercado de Balcão.
32. Após o protocolo de um pedido de patente de invenção, o período de sigilo determinado pela Lei n.º 9.279/96 é de
- (A) doze meses, contados da data de invenção, como determinado pela Convenção da União de Paris.
  - (B) seis meses, contados da data de invenção, quando se tratar de um pedido de modelo de utilidade.
  - (C) doze meses, contados da data de depósito ou da prioridade mais antiga.
  - (D) dezoito meses, contados da data de depósito ou da prioridade mais antiga.
  - (E) cento e oitenta dias, contados da data de depósito.
33. No curso de doutorado de uma faculdade estadual de Medicina, um pesquisador desenvolveu um novo método cirúrgico para corrigir casos de hérnia inguinal. De acordo com a Lei da Propriedade Industrial, esse novo método
- (A) não é uma invenção nem modelo de utilidade.
  - (B) não é patenteável, por ter sido criado na faculdade de medicina.
  - (C) não é patenteável, por ser contrário à saúde pública.
  - (D) deve ser identificado pelo nome da universidade, porque é uma faculdade estatal.
  - (E) pode ser patenteável quando distinguido por uma marca registrada que identifique e individualize corretamente o método.
34. Se um novo pedido de patente reivindica exatamente a invenção já reivindicada por um pedido anterior de outro titular que está em sigilo, após a publicação do pedido anterior:
- (A) o protocolo do pedido posterior será automaticamente considerado uma infração ao pedido anterior.
  - (B) a invenção do pedido posterior estará no estado da técnica e o pedido não será considerado novo.
  - (C) o inventor do pedido anterior deverá provar que criou a invenção antes do inventor do pedido posterior.
  - (D) o INPI publicará uma exigência para que os titulares comprovem as datas de invenção e os motivos do protocolo posterior pelo segundo inventor.
  - (E) o pedido posterior demonstra que houve uma falha de sigilo no INPI e a empresa que protocolou o segundo pedido responderá por perdas e danos.
35. O protocolo de um pedido de patente feito na França, em 15 de janeiro de 2014, com fundamento no artigo 16 da Lei n.º 9.279/96 e no artigo 4 da Convenção da União de Paris, permite imediatamente ao seu titular, conforme o direito brasileiro:
- (A) exigir a abstenção de uso correspondente à matéria incluída no quadro reivindicatório da referida patente em todos os países membros da Convenção da União de Paris.
  - (B) remeter *royalties* a partir do licenciamento da patente concedido na França, respeitados os limites de dedutibilidade definidos pela legislação aplicável.
  - (C) suspender a análise de todos os pedidos que versem sobre matéria semelhante nos países membros da Convenção da União de Paris.
  - (D) protocolar um pedido de patente no Brasil, reivindicando a mesma invenção, no prazo de 12 meses contados do protocolo do pedido francês de 15 de janeiro de 2014.
  - (E) protocolar um pedido de Certificado de Adição no Brasil, tomando como base a matéria reivindicada no pedido de patente francês.

### PROPRIEDADE INTELECTUAL

32. Após o protocolo de um pedido de patente de invenção, o período de sigilo determinado pela Lei n.º 9.279/96 é de
- (A) doze meses, contados da data de invenção, como determinado pela Convenção da União de Paris.
  - (B) seis meses, contados da data de invenção, quando se tratar de um pedido de modelo de utilidade.
  - (C) doze meses, contados da data de depósito ou da prioridade mais antiga.
  - (D) dezoito meses, contados da data de depósito ou da prioridade mais antiga.
  - (E) cento e oitenta dias, contados da data de depósito.

36. Após seis meses do protocolo de um pedido de patente feito originalmente no Brasil, seu inventor identifica a possibilidade de um aperfeiçoamento na criação tornando-a mais eficiente. Com base na Lei n.º 9.279/96, é correto afirmar que
- (A) após o protocolo inicial, o objeto reivindicado no primeiro pedido de patente está em domínio público e não pode ser objeto de qualquer alteração.
  - (B) existe o direito de prioridade ao titular nacional para apresentar novo pedido sobre a matéria revelada no pedido anterior dentro do prazo de um ano.
  - (C) o melhoramento pode ser apresentado e será automaticamente concedido em todos os países da Convenção da União de Paris em que o pedido de patente original for requerido.
  - (D) esse procedimento seria equivalente ao requerimento de um licenciamento compulsório da primeira invenção, o que é possível no Brasil em virtude do princípio da territorialidade.
  - (E) esse procedimento seria equivalente à possibilidade de acelerar o trâmite de um pedido de patente, o que deve ser feito pelo titular em até seis meses contados do depósito em decorrência do princípio do tratamento nacional.
37. Determinada patente de invenção é objeto de um contrato de licença devidamente averbado perante o INPI. A empresa licenciada identificou um aperfeiçoamento na invenção licenciada, dotado de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, obtendo uma patente de invenção de sua titularidade reivindicando o referido aperfeiçoamento. Com base na Lei da Propriedade Industrial, caberá à Licenciante
- (A) propor uma ação reivindicatória, pois toda a melhoria pertence ao titular da patente licenciada.
  - (B) receber *royalties* pela utilização da nova invenção como uma extensão do contrato original.
  - (C) exigir que o inventor da patente originalmente licenciada também seja considerado inventor do aperfeiçoamento.
  - (D) devolver os *royalties* recebidos em virtude do desenvolvimento feito pela Licenciada.
  - (E) exigir preferência para o licenciamento da nova invenção.
38. Um biólogo contratado exclusivamente para trabalhar no desenvolvimento de novas pesquisas do Instituto ABC pediu demissão em dezembro de 2013. Em junho de 2014, depositou em seu nome um novo pedido de patente relativo à área em que pesquisava antes do pedido de demissão. De acordo com a Lei nº 9.279/96:
- (A) o pedido é válido porque foi feito na ausência de um contrato de trabalho vigente e a titularidade é a do próprio biólogo.
  - (B) na ausência de prova em contrário, o pedido de patente deve ser considerado como ocorrido na vigência do contrato de trabalho e será considerado de titularidade do Instituto ABC.
  - (C) o Instituto ABC terá o direito preferencial no licenciamento da invenção, estando os *royalties* limitados pela legislação tributária que define a dedutibilidade fiscal destes pagamentos.
  - (D) o Instituto ABC poderá apresentar um pedido de licenciamento compulsório se comprovar a infração a segredos empresariais pelo biólogo.
  - (E) a patente que vier a ser concedida fica automaticamente passível de caducidade.
39. De acordo com a Lei n.º 9.279/96, fica passível de caducidade o registro de marca se
- (A) não for feito pedido de prorrogação durante o último ano de vigência do registro, instruído com o comprovante do pagamento da respectiva retribuição.
  - (B) o titular domiciliado no exterior não constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no país, com poderes para representá-lo administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações.
  - (C) no prazo de 5 (cinco) anos da sua concessão o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil; ou se, no mesmo prazo, o uso da marca tiver sido interrompido; ou, ainda, se no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação.
  - (D) a marca perder a distintividade e passar a ser considerada um sinal de caráter genérico, necessário, comum, vulgar ou simplesmente descritivo, quando tiver relação com o produto ou serviço a distinguir.
  - (E) a reivindicação da prioridade não for comprovada por documento hábil da origem, contendo o número, a data e a reprodução do pedido.



40. Uma marca notoriamente conhecida nos termos do artigo 6 bis da Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial tem a seguinte característica:
- (A) é uma exceção ao princípio da territorialidade e, portanto, goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.
  - (B) é uma exceção ao princípio da especialidade e, portanto, goza de proteção especial em todas as classes de produtos e serviços.
  - (C) não pode ser cedida, salvo em conjunto com o fundo de comércio.
  - (D) exige uma declaração de concorrente atestando essa condição em requerimento destinado ao INPI.
  - (E) é uma exceção aos limites de dedutibilidade fiscal da Portaria 436/58 do Ministério da Fazenda.
41. Verificou-se que alguns meses após uma empresa ter utilizado os serviços de um instituto de pesquisa, ela passou a usar, sem qualquer autorização, um programa de computador que tinha sido desenvolvido pelos pesquisadores do instituto de pesquisa. Após ser notificada pelo uso indevido, a empresa respondeu que o uso era lícito em virtude do instituto de pesquisa não ter registrado o programa de computador perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial. De acordo com a legislação aplicável:
- (A) não existe infração, pois realmente deveria ter sido protocolado um pedido de registro de programa de computador perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
  - (B) não existe infração, pois o programa de computador não é considerado uma invenção, como determina o artigo 10, V da Lei n.º 9.279/96.
  - (C) não existe infração, pois a utilização dos serviços de um instituto de pesquisa confere ao cliente uma licença compulsória relativa às obras protegidas por propriedade intelectual daquele instituto.
  - (D) existe infração, mas somente será eficaz após o registro do programa de computador perante qualquer órgão de registro autoral.
  - (E) existe infração, pois a proteção aos programas de computador, assim como a proteção às criações protegidas pelo direito de autor, independe de registro.
42. A reitoria de uma universidade fez um inventário das obras de arte contemporânea (criadas nos últimos vinte anos) de sua propriedade, as quais foram adquiridas ou recebidas como doação. A partir desse inventário, decidiu publicar um calendário com algumas imagens dessas obras. Nos termos da Lei n.º 9.610/98, a publicação:
- (A) deve ser gratuita, porque a universidade não tem fins lucrativos.
  - (B) deve conter a frase “Todos os Direitos Reservados”, sob pena de caducidade.
  - (C) não pode ser feita sem autorização prévia dos autores das obras.
  - (D) deve obrigatoriamente ser registrada no INPI.
  - (E) deve ser feita em uma edição limitada, numerada e assinada pelo reitor da universidade.
43. Um instituto de pesquisa adquiriu licenças de um programa de computador e a versão adquirida tem o prazo de validade técnica da versão válido até dezembro de 2020. Logo após a aquisição foi anunciado pelo fornecedor o lançamento de nova versão em 2016. Com fundamento na Lei n.º 9.609/98, é correto afirmar que
- (A) o direito de propriedade intelectual da versão anterior terminará automaticamente com o lançamento da nova versão.
  - (B) o instituto de pesquisa somente pode utilizar programas de computador que estejam em domínio público.
  - (C) o autor do novo programa de computador precisa comprovar a novidade, aplicação industrial e atividade do programa de computador para seu registro como obra autoral nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 9.609/98.
  - (D) o autor deverá assegurar a prestação de serviços técnicos complementares relativos ao adequado funcionamento do programa até o prazo final de validade técnica.
  - (E) após o prazo de validade técnica o programa de computador licenciado será considerado domínio público e será um *software* livre.

44. Segundo a Lei n.º 9.456/97 (Lei de Proteção de Cultivares), é considerada uma cultivar a variedade de qualquer gênero ou espécie vegetal que, entre outras características,
- (A) atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
  - (B) apresente uso prático, seja suscetível de aplicação industrial, e apresente nova forma ou disposição.
  - (C) seja resultante de alteração genética de materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados.
  - (D) apresente substâncias, matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie, considerando que a modificação de suas propriedades físico-químicas é resultante de transformação do núcleo atômico.
  - (E) seja claramente distinguível por margem mínima de descritores, seja homogênea e estável quanto aos descritores através de gerações sucessivas.
45. Discutindo um acordo com uma entidade parceira sobre a caracterização de informação como segredo empresarial a fim de evitar que a mesma fosse adquirida ou usada por terceiros sem seu consentimento, foi solicitado o texto contendo uma definição em conformidade com os tratados internacionais vigentes no Brasil. Identifique a opção com a definição de segredo empresarial do Acordo TRIPs.
- (A) Segredos empresariais são informações secretas, desconhecidas e/ou de difícil acesso a pessoas que normalmente lidam com o tipo de informação em questão; com valor comercial por serem secretas e tenham sido objeto de precauções razoáveis para mantê-las em segredo.
  - (B) Segredos empresariais são as informações divulgadas para todos os colaboradores de uma empresa visando criar um sentimento de coesão e grupo perante todos esses colaboradores.
  - (C) Segredos empresariais são as informações novas, com aplicação industrial, facilmente acessíveis aos técnicos no assunto e que, portanto, não seriam patenteáveis.
  - (D) Segredos empresariais são as informações secretas, caracterizadas como descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos, incluindo concepções puramente abstratas, esquemas, planos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitários, de sorteio e de fiscalização, todas sem valor comercial.
  - (E) Segredos empresariais são as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, possam ser consideradas uma criação intelectual.
46. Sobre a cláusula resolutiva tácita, assinale a alternativa correta.
- (A) Opera de pleno direito.
  - (B) Depende de interpelação judicial.
  - (C) Opera mediante denúncia notificada extrajudicial.
  - (D) Não terá eficácia se o contratado se recusar a aceitá-la.
  - (E) Não está prevista no ordenamento brasileiro.
47. O dano decorrente de descumprimento contratual, de modo geral, pode ser pleiteado em Juízo em até
- (A) um ano.
  - (B) três anos.
  - (C) cinco anos.
  - (D) dez anos.
  - (E) vinte anos.
48. Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora. Para o credor exigir a pena convencional, assinale a alternativa correta.
- (A) Para exigí-la não é necessário que se alegue ou comprove qualquer prejuízo.
  - (B) Pode exigir indenização suplementar ainda que tal não tenha sido estipulado.
  - (C) Se a obrigação for divisível, não é necessário comprovar qual o devedor culpado, exigindo-se o cumprimento de um ou de todos.
  - (D) A pena vale como indenização, não se admitindo a cobrança de valor maior ao convencionado.
  - (E) Pode-se convencionar valor que exceda o da obrigação principal.
49. Assinale a alternativa correta sobre a formação dos contratos.
- (A) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar de domicílio do proponente.
  - (B) Considera-se existente a aceitação, se antes dela ou com ela chegar ao proponente a retratação do aceitante.
  - (C) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação seja expedida, ainda que o proponente se houver comprometido a esperar resposta.
  - (D) A aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, importará na continuação da mesma proposta.
  - (E) A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.

**50.** A propriedade do solo abrange

- (A) as jazidas.
- (B) as minas.
- (C) os potenciais de energia hidráulica.
- (D) os monumentos arqueológicos.
- (E) o espaço aéreo correspondente.

**51.** Assinale a alternativa correta sobre a pessoa natural.

- (A) Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- (B) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a utilização da imagem de pessoa, ainda que sem autorização.
- (C) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (D) A divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa estão proibidas.
- (E) Qualquer um pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, desde que por ordem médica.

**52.** Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se

- (A) tacitamente.
- (B) expressamente.
- (C) estritamente.
- (D) amplamente.
- (E) integralmente.

**53.** Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro. Este conceito se refere à teoria

- (A) da resolução por onerosidade excessiva.
- (B) do inadimplemento substancial.
- (C) da exceção do contrato não cumprido.
- (D) da cláusula resolutiva tácita.
- (E) do distrato implícito.

**54.** Quanto aos atos processuais, assinale a alternativa correta.

- (A) Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso de vernáculo, sendo inadmissíveis documentos escritos em língua estrangeira, ainda que acompanhados de versão em vernáculo, firmados por tradutor juramentado.
- (B) Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, dentre os quais a desistência da ação, produzem efeitos imediatamente, independentemente de homologação pelo juiz.
- (C) Os atos e termos processuais sempre dependem de forma determinada, reputando-se inválidos os realizados de outro modo.
- (D) Todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, na forma da lei.
- (E) É defeso às partes, aos advogados, aos órgãos do Ministério Público, aos peritos e às testemunhas rubricar as folhas dos autos correspondentes aos atos em que intervieram.

**55.** Assinale a alternativa correta.

- (A) O representante legal do incapaz é considerado parte, pois sua presença é necessária para suprir a incapacidade processual.
- (B) O pedido deve ser certo ou determinado, sendo vedado, ainda que excepcionalmente, a formulação de pedido genérico.
- (C) É defeso ao autor formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.
- (D) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que os pedidos sejam incompatíveis entre si.
- (E) Antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.

**56.** No tocante à prova, é correta a seguinte afirmação:

- (A) se a parte for intimada para prestar depoimento pessoal e não comparecer, ou comparecendo, se recusar a depor, em regra, o juiz lhe aplicará a pena de confissão.
- (B) no depoimento pessoal, a parte responderá pessoalmente sobre o direito invocado e os fatos articulados, podendo servir-se de escritos adrede preparados.
- (C) a confissão judicial pode ser espontânea e deve ser realizada pela própria parte, não podendo ser realizada por mandatário, ainda que com poderes especiais.
- (D) nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge valerá para ambos.
- (E) a confissão não pode ser revogada, ainda que emanada de erro, dolo ou coação.

**57.** Quanto aos efeitos dos recursos, é correta a seguinte afirmação:

- (A) todos os recursos são dotados de efeito devolutivo, por meio do qual se devolve ao órgão responsável pelo julgamento recursal o conhecimento da matéria impugnada.
- (B) a apelação sempre será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo.
- (C) recebida a apelação em ambos os efeitos, o apelado poderá promover, desde logo, a execução provisória da sentença, extraindo a respectiva carta.
- (D) o relator não poderá atribuir efeito suspensivo ao agravo de instrumento, mesmo havendo requerimento do agravante.
- (E) a apelação interposta de sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo.

**58.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Faz coisa julgada a verdade dos fatos, desde que importante para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- (B) Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros.
- (C) Faz coisa julgada toda apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.
- (D) Todas as sentenças estão sujeitas à autoridade da coisa julgada material, que impede que a mesma questão seja posteriormente rediscutida em outro processo.
- (E) Na substituição processual, o substituído processual não pode ser atingido pela coisa julgada material.

**59.** João Paulo move ação de cobrança de R\$ 5.000,00 em face de Maria Silva referente aos serviços prestados como professor. A sentença acolhe parte dos argumentos da ré, condenando-a a pagar o valor de R\$ 3.000,00. Somente Maria interpõe recurso de apelação. Neste caso, o autor

- (A) não poderá se insurgir contra a sentença por meio de recurso adesivo, pois não interpôs seu recurso no prazo legal.
- (B) poderá interpor recurso adesivo no prazo de 10 dias, contado da intimação para apresentação de contrarrazões.
- (C) poderá interpor recurso adesivo no prazo que dispuser para responder ao recurso de Maria Silva.
- (D) poderá interpor recurso adesivo, sem necessidade de recolhimento do preparo, que já foi recolhido por Maria Silva.
- (E) poderá interpor recurso adesivo, que deverá ser conhecido, ainda que o recurso de Maria Silva seja considerado intempestivo.

**60.** Quanto ao processo de execução, é correto afirmar que:

- (A) a execução pode ser instaurada caso o devedor não satisfaça a obrigação certa, líquida e exigível, independentemente da existência de título executivo.
- (B) a propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo inibe o credor de promover-lhe a execução.
- (C) dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para serem executados, os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro, que devem satisfazer aos requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e indicar o Brasil como o lugar de cumprimento da obrigação.
- (D) a execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.
- (E) é provisória a execução fundada em título executivo extrajudicial.

**61.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Só em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei, determinará o juiz, de ofício, medidas cautelares com a audiência das partes.
- (B) Cabe à parte propor a ação principal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da propositura da medida cautelar.
- (C) As medidas cautelares conservam a sua eficácia na pendência do processo principal, não podendo ser modificadas ou revogadas.
- (D) O procedimento cautelar sempre deve ser instaurado antes do processo principal.
- (E) O indeferimento da medida cautelar pelo reconhecimento da decadência ou prescrição do direito do autor obsta que este intente a ação principal.

- 62.** A natureza jurídica do tributo é determinada
- (A) pela sua denominação e demais características formais adotadas pela lei.
  - (B) pela destinação legal do produto da sua arrecadação.
  - (C) pelo fato gerador da respectiva obrigação.
  - (D) pelo crédito tributário correspondente.
  - (E) pela obrigação tributária que lhe dá origem.
- 63.** Salvo disposição de lei em contrário, tratando-se de situação jurídica, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes seus efeitos
- (A) a partir da publicação da hipótese de incidência.
  - (B) a partir do lançamento.
  - (C) desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
  - (D) desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.
  - (E) desde a constituição definitiva do crédito tributário.
- 64.** Nos termos do Código Tributário Nacional, o sujeito passivo da obrigação principal, quando, sem revestir a condição de contribuinte, tem sua obrigação decorrente de disposição expressa de lei, é denominado
- (A) substituto tributário.
  - (B) agente tributário.
  - (C) substituto por derivação.
  - (D) sucessor por derivação.
  - (E) responsável.
- 65.** A causa de exclusão do crédito tributário que abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede denomina-se
- (A) remissão.
  - (B) anistia.
  - (C) remição.
  - (D) imunidade.
  - (E) isenção.
- 66.** No caso de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador, o sujeito passivo, relativamente à importância de crédito tributário, poderá
- (A) promover ação de consignação em pagamento, que só poderá versar sobre o crédito que se dispõe a pagar.
  - (B) impetrar mandado de segurança, para discutir a origem do tributo.
  - (C) interpor recurso administrativo.
  - (D) propor ação declaratória negativa de débito fiscal.
  - (E) propor ação constitutiva negativa, objetivando a desconstituição do crédito.
- 67.** Acerca da Dívida Ativa tributária, determina o Código Tributário Nacional que a omissão de quaisquer dos requisitos por ele estabelecidos, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente. Referida nulidade, contudo, poderá ser sanada
- (A) a qualquer tempo ou grau de jurisdição, mediante correção da certidão anulada.
  - (B) até decisão de segunda instância, mediante correção da certidão nula.
  - (C) até decisão de segundo grau, mediante substituição da certidão anulada.
  - (D) até decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula.
  - (E) a qualquer tempo ou grau de jurisdição, enquanto não houver decisão definitiva, mediante correção da certidão anulada.
- 68.** Segundo o Código Tributário Nacional, a responsabilidade do inventariante pelos tributos devidos pelo espólio encontra-se sistematizada como responsabilidade
- (A) de terceiros.
  - (B) por sucessão.
  - (C) originária.
  - (D) por substituição.
  - (E) própria.

69. O princípio da proteção é considerado o princípio dos princípios no Direito do Trabalho, constituindo a própria essência desse ramo e, de acordo com a clássica divisão de *Américo Plá Rodriguez*, manifesta-se pelas regras
- (A) do *in dubio pro operario*, da norma mais favorável e da condição mais benéfica.
  - (B) do *in dubio pro operario*, da irrenunciabilidade e da condição mais benéfica.
  - (C) da condição mais benéfica, da irrenunciabilidade e da continuidade.
  - (D) da condição mais benéfica, da norma mais favorável e da continuidade.
  - (E) da irrenunciabilidade, da continuidade e da boa-fé.
70. João e Maria, casados há três anos, são empregados de empregadoras distintas e tornaram-se pais de José, que vive sob a guarda e dependência de ambos os pais. Todavia, no 58.º dia da licença-maternidade, Maria envolveu-se num acidente de veículo e faleceu. Nesse caso, diante do disposto no artigo 392-B da CLT,
- (A) João poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por até 5 dias consecutivos.
  - (B) é assegurado a João o gozo de licença pelo restante do período da licença-maternidade a que teria direito Maria.
  - (C) é assegurado a João o gozo de licença por período equivalente a 120 dias a contar do óbito de Maria.
  - (D) não é assegurado a João o gozo de licença pelo equivalente à licença-maternidade, porque o casal não trabalhava para o mesmo empregador.
  - (E) não é assegurado a João o gozo de licença pelo equivalente à licença-maternidade, porque Maria não morreu em decorrência do parto.
71. De acordo com o artigo 476-A da CLT, para participação do empregado em programa de qualificação profissional, oferecido pelo empregador, o contrato de trabalho poderá ser suspenso por um período de
- (A) 1 a 2 anos, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo e anuência formal do empregado.
  - (B) 6 meses a 1 ano, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo e aquiescência formal do empregado.
  - (C) 6 meses a 1 ano, mediante previsão em sentença normativa independentemente de anuência do empregado.
  - (D) 2 a 5 meses, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo e aquiescência formal do empregado.
  - (E) 2 a 5 meses, mediante previsão expressa em acordo individual do trabalho.
72. As empresas públicas e sociedades de economia mista devem contratar seus servidores
- (A) mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, sob o regime próprio dos servidores públicos.
  - (B) mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, sob o regime da legislação trabalhista.
  - (C) independentemente de concurso público, mas sempre pelo regime da legislação trabalhista.
  - (D) por prazo determinado, com aprovação prévia em concurso público, sob o regime próprio dos servidores públicos.
  - (E) mediante a interposição de empresa privada, que seja prestadora de serviços públicos.
73. A invenção ou modelo de utilidade desenvolvido pelo empregado pertencerá
- (A) ao próprio empregado, desde que vinculado ao contrato de trabalho, independentemente da utilização de recursos do empregador.
  - (B) ao próprio empregado, em qualquer circunstância, salvo a existência de cláusula contratual em sentido contrário.
  - (C) ao empregado e empregador, em qualquer circunstância, na proporção de 50% para cada um.
  - (D) ao próprio empregado, desde que desvinculado do contrato de trabalho e não decorrente da utilização de recursos, meios, dados, materiais, instalações ou equipamentos do empregador.
  - (E) ao empregador, em qualquer circunstância, salvo a existência de cláusula contratual em sentido contrário.
74. A despedida do empregado por justa causa
- (A) não inviabiliza a readmissão pelo empregador.
  - (B) pode ser indicada na respectiva carteira de trabalho e previdência social.
  - (C) viabiliza a readmissão pelo empregador, apenas se houver determinação judicial.
  - (D) depende de inquérito judicial para apuração de falta grave quando o empregador for empresa pública ou sociedade de economia mista.
  - (E) requer a existência de punições anteriores, tais como advertências e suspensões disciplinares.

- 75.** O empregado acidentado no trabalho goza da estabilidade provisória, por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença acidentário,
- (A) desde que seu contrato seja por prazo indeterminado.
  - (B) salvo se cometer falta grave devidamente apurada pela Justiça do Trabalho, em demanda especialmente destinada a esta finalidade.
  - (C) inclusive nos casos de contratação por prazo determinado.
  - (D) salvo a existência de renúncia expressa, devidamente homologada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
  - (E) e não se aplica às hipóteses de doenças ocupacionais.
- 76.** No procedimento ordinário trabalhista, aberta a audiência, o Magistrado proporá a conciliação. Não havendo acordo, o reclamado terá
- (A) vinte minutos para aduzir sua defesa e, terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de dez minutos cada uma.
  - (B) vinte minutos para aduzir sua defesa e, terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo comum não excedente de quinze minutos.
  - (C) trinta minutos para aduzir sua defesa e, terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de quinze minutos cada uma.
  - (D) trinta minutos para aduzir sua defesa e, terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo comum não excedente de quinze minutos.
  - (E) trinta minutos para aduzir sua defesa e, terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de dez minutos cada uma.
- 77.** De acordo com entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, processar e julgar ação ajuizada por empregado em face de empregador relativa ao cadastramento no Programa de Integração Social compete, originariamente,
- (A) ao Tribunal Regional Federal.
  - (B) ao Tribunal Regional do Trabalho.
  - (C) ao Tribunal de Justiça local.
  - (D) à Justiça Federal.
  - (E) à Justiça do Trabalho.
- 78.** De acordo com o artigo 852-H da CLT, no procedimento sumaríssimo, interrompida a audiência, a solução do processo, salvo motivo relevante justificado, dar-se-á no prazo
- (A) mínimo de 15 dias.
  - (B) mínimo de 30 dias.
  - (C) mínimo de 45 dias.
  - (D) máximo de 15 dias.
  - (E) máximo de 30 dias.
- 79.** A reclamação trabalhista deve ser ajuizada na localidade
- (A) em que o empregado prestou os serviços, salvo expressa cláusula contratual em sentido contrário.
  - (B) em que está sediada a matriz do empregador.
  - (C) livremente escolhida pelo empregado.
  - (D) em que o empregado está domiciliado.
  - (E) em que o empregado, reclamante ou reclamado, prestou serviços ao empregador.
- 80.** Na Justiça do Trabalho, contra a decisão interlocutória,
- (A) se admite recurso imediato quando acolhe exceção de incompetência territorial, com remessa dos autos para Tribunal Regional do Trabalho diferente daquele a que se vincula o juízo excepcionado.
  - (B) nunca se admite recurso imediato, tendo em vista o princípio da concentração, conforme dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.
  - (C) se admite o agravo de instrumento quando se trata de demanda que não decorre da relação de emprego.
  - (D) nunca se admite a possibilidade de impugnação mediante recurso para o mesmo tribunal.
  - (E) se admite a impugnação mediante recurso ordinário, a critério da parte interessada.

